

LULA E OS 13 PONTOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É Senhor, 06/12/89

Votarei em Lula não apenas porque sua candidatura representa a opção progressista, mas também porque as perspectivas de governabilidade com ele, ainda que incertas, são maiores do que com Collor. Collor é o candidato do lupem, dos marginais, dos oportunistas, do fisiologismo, do "centrão". É também o candidato da grande burguesia, e de uma parte da classe média tradicional que teme o radicalismo do PT. Em contrapartida, Lula é o candidato dos trabalhadores sindicalizados, das classes médias modernas, dos portadores de diploma superior, e mesmo de setores da burguesia progressista. Entre os eleitores com escolaridade superior Lula tem uma enorme vantagem sobre Collor.

Entretanto, o apoio que Lula está recebendo da classe média progressista, que é melhor representada no Brasil pelo PSDB, é um apoio crítico. Exatamente como o apoio que o PSDB está lhe oferecendo. O PSDB não quer ficar omissos, por isso opta por Lula. Mas só apoiará fortemente Lula se for possível chegar a um programa comum, se o PT concordar em reduzir o radicalismo de alguns pontos do seu programa e principalmente de sua retórica.

A mudança na retórica é mais importante do que mudança de conteúdo pela simples razão que, em termos de conteúdo, as diferenças não são tão grandes. Tomemos, por exemplo, o documento "Os 13 Pontos da Frente Brasil Popular". O ponto 1, que fala em um governo "apoiado no movimento popular" tem sido dado como indicação de que se quer implantar "a república sindicalista" no Brasil. Não há nada disto no documento, a não ser a proposta de um Conselho de Comunicação Social que deveria ser eliminado do documento. O ponto 3, que sumariza a proposta econômica, não faz qualquer referência a um aumento populista de salários. Peca antes pela omissão ao não garantir com mais clareza a atuação das empresas multinacionais e ao não falar em privatização e desregulação como estratégias para vencer a crise fiscal. No ponto 4 a questão da dívida externa é tratada de maneira irrealista. Sem dúvida é preciso manter a suspensão do pagamento dos juros, mas esta suspensão deve ser a base para a negociação de um acordo com os credores. O rompimento com o FMI faz parte de uma velha retórica sem sentido. Ao invés de romper com o FMI devemos

usar esta instituição para defender o interesse nacional do Brasil, que é contrário ao da maioria dos bancos credores. O item 6 precisa de mudanças. Manter integralmente o setor produtivo estatal em poder do Estado, quando é o peso desse setor sobre as finanças públicas que o impede de realizar suas funções sociais e de estímulo ao desenvolvimento tecnológico, é um contra-senso; ameaçar os bancos privados de estatização, um despropósito. O próprio PT tirou do seu programa, há algum tempo, a idéia de estatizar os bancos. Por que voltar ao assunto? Na área da educação, por que dizer que os recursos públicos serão aplicados exclusivamente na rede pública de ensino? Por que não incluir também as entidades públicas (verdadeiramente públicas) não estatais, como fazem tantos países democráticos? Finalmente, para que a retórica "anti-imperialista" do último ponto? Por que, ao invés, não afirmar simplesmente que o interesse nacional do Brasil conflita freqüentemente, mas não necessariamente nem em todos os casos, com os interesses dos outros países, e que, portanto, esse interesse nacional será sempre defendido?

Caso Lula e seus companheiros compreendam a necessidade dessas mudanças, suas chances de vencer as eleições e de governar com êxito o Brasil aumentarão muito. Para isto será necessário ter a coragem de mudar. De romper com os setores mais radicais do seu próprio partido. Ser necessário fazer o que Felipe González fez na Espanha, há mais de dez anos, quando se dispôs a romper com o seu próprio partido caso este insistisse em uma proposta radical para a Espanha.